

## MARCAS LINGÜÍSTICAS DO NARRADOR

Ismael Angelo CINTRA\*

---

*RESUMO: Faz-se uma análise do narrador a partir dos aspectos lingüísticos. Tal análise é centrada, não na categoria verbal da pessoa — um elemento geralmente associado à questão do foco narrativo —, mas antes em outros elementos verbais que colocam em jogo as relações entre o sujeito e o discurso. São também discutidos alguns problemas terminológicos relacionados com a abordagem lingüística para o estudo do foco narrativo.*

*UNITERMOS: Foco narrativo; enunciação; discurso; filosofia da linguagem.*

---

### 1. INTRODUÇÃO

Uma abordagem lingüística da questão do “ponto de vista” ficcional se justifica porque, afinal, o narrador — uma personagem com função narrativa (Kaysen) ou um ser de papel (Barthes) — não passa na verdade de um emissor imaginário reconstituível a partir dos elementos verbais que a ele se referem.

No contexto lingüístico, o foco narrativo liga-se à categoria verbal da pessoa, colocando em jogo as relações que se estabelecem entre o sujeito do discurso e o próprio enunciado. Esta ligação solidificou-se de tal forma que, em alguns momentos, a questão do ponto de vista parecia esgotar-se no estudo da pessoa. Embora possa ser considerado um componente lingüístico dos mais importantes para captar o foco de narração, de nenhuma forma o esgota.

O estudo do ponto de vista implica, por outro lado, a consideração de outras questões como o tipo de discurso, o tempo verbal, etc. Torna-se então necessário caracterizar devidamente alguns pares opositivos.

### 2. ENUNCIÇÃO E ENUNCIADO

Basta perceber que a palavra *enunciado* é a forma de participio do verbo “enunciar” para que o seu significado se torne simples: trata-se de uma mensagem que foi enunciada. Tanto pode ser uma frase formada por seus componentes elementares (sujeito-verbo-objeto), quanto um conjunto de frases.

Para que tal enunciado se concretize, todavia, é preciso que um sujeito, num determinado momento, o enuncie. É a este processo lingüístico que resulta no enunciado que chamamos de *enunciação*.

Exemplificando:

(Estou dizendo que . . . . . - enunciação

Estou bem - enunciado

Estou dizendo que estou bem - enunciação enunciada

A relação existente entre a enunciação e o enunciado é, portanto, de caráter subordinativo. À oração subordinada, encaixada num todo que inclui uma oração principal implícita, corresponde o enunciado. Esse todo é a enunciação, embora a sua marca característica se concentre mais especificamente na oração principal hipotética, isto é, não manifestada.

---

\* Professor Assistente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — Campus de São José do Rio Preto — UNESP, SP.

A rigor, só se poderia falar em enunciação num nível virtual, anterior à emissão linguística, pois no instante em que se manifesta, ela passa naturalmente para o nível do enunciado.

No período “Eu digo que estou bem”, a oração principal “eu digo” já faz parte do enunciado, se bem que não deixa de apresentar certa marca do processo de enunciação: o pronome pessoal que identifica ou aponta o sujeito da emissão no contexto circunstancial em que se dá o ato de comunicação.

No entender de Greimas, “L’*énonciation* est un *énoncé* dont seul l’*actant* objet est manifesté” (Greimas, 6, p. 10). Como pode, entretanto, a enunciação ser descrita se, por definição, não é nunca atualizada? Para ser conhecida então ela só pode ser deduzida através de uma pressuposição lógica.

Desta forma, o enunciado “Estou bem” pressupõe “Eu estou dizendo que estou bem” em que a enunciação se explicita e, portanto, pressupõe, numa segunda instância, “Eu estou dizendo que eu estou dizendo que estou bem”, e assim sucessivamente. Neste caso, quando estão ambos explicitados na enunciação enunciada, não é difícil perceber a diferença entre o sujeito do enunciado e o da enunciação.

*Ele* disse: *eu* não vi.  
 ↓ sujeito da enunciação  
 ↓ sujeito do enunciado

Tomando um exemplo em primeira pessoa, pode-se constatar que, enquanto o eu-sujeito de enunciação corresponde ao eu-narrador, o eu-sujeito do enunciado equivale ao eu-personagem:

*Eu* estou narrando que *eu* nasci na rua Riachuelo.  
 ↓ narrador (enunciação)      ↓ personagem (enunciado)

Deve-se observar que a enunciação enquanto fenômeno físico da emissão ou recepção da fala é um problema que con-

cerne à psicolinguística. Entretanto, o que interessa à Linguística num sentido mais restrito, sobretudo quando aplicada à teoria da narrativa, são as marcas do processo de enunciação que permeiam o enunciado. É preciso então perseguir os elementos linguísticos que indiciam o ato de enunciação, ou seja, os elementos que, embora pertencendo à língua, não podem prescindir, para o seu sentido, de certos fatores variáveis de um ato de enunciação para outro. São os “*shifters*” ou “*signos dêiticos*”, estudados de modo geral pelos linguístas, dentre os quais vale destacar Jakobson e Émile Benveniste. Para este, é a conversão individual da língua em discurso que caracteriza a enunciação. O ato individual que põe a língua em funcionamento introduz, de início, um emissor como parâmetro das condições necessárias à enunciação.

Para Benveniste, “*En tant que réalisation individuelle, l’*énonciation* peut se définir, par rapport à la langue, comme un procès d’*appropriation*. Le locuteur s’*approprie* l’appareil formel de la langue et il *énonce* sa position de locuteur par des indices spécifiques, d’une part, et au moyen de procédés accessoires, de l’autre.” (Benveniste, 3, p. 14)*

No ato individual de apropriação, o emissor é colocado no interior da enunciação, o que cria um mecanismo de referência interna (entre o emissor e a enunciação) através de um jogo de formas específicas. Destacam-se, dentre estas formas, os pronomes *pessoais* (eu-tu) e *demonstrativos* (este-aquele), que não remetem nem a um conceito, nem a um indivíduo, escapando ao estatuto de todos os demais signos linguísticos. Embora se classifiquem como *indicadores genuínos* na terminologia de Peirce, estes signos não ocultam o seu aspecto convencional que os caracteriza também como *símbolos*. (Peirce, 8 p. 133)

Outra categoria que também marca o processo enunciativo é, segundo Benveniste, o tempo verbal em sua forma básica, o

\**présente*, cuja única referência temporal é um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com o momento da enunciação. Repetindo suas palavras: "On pourrait croire que la temporalité est un cadre inné de la pensée. Elle est produite en réalité dans et par l'énonciation. De l'énonciation procède l'instauration de la catégorie du présent, et de la catégorie du présent naît la catégorie du temps. Le présent est proprement la source du temps." (Benveniste, 3, p. 15)

Há ainda as formas cuja referência só é dada pelo emissor no aqui-agora da enunciação: a *interrogação* (que é uma enunciação construída para suscitar uma resposta), as formas de *intimação* (imperativo, vocativo) e os *modalizadores* como o modo verbal (subjuntivo) e certas expressões como "talvez", "provavelmente", "sem dúvida".

É certamente uma dosagem mais elevada de tais marcas do processo de enunciação na superfície do enunciado que caracteriza propriamente a *enunciação*, na terminologia do estudioso do texto literário. Vale dizer: chamamos de "enunciado" o texto que não faz referência ao seu aparecimento enquanto produção lingüística; e de *enunciação* o texto que no seu transcorrer é assumido por um emissor específico em certas circunstâncias de caráter espacial e temporal. Desta forma, não é incorreto afirmar, no âmbito literário, que, enquanto o enunciado diz respeito à estória, a enunciação está mais vinculada à articulação da estória e às mãos do narrador.

### 3. HISTÓRIA E DISCURSO

Esta dicotomia fundamental se efetivou nos estudos de teoria da narrativa através de Émile Benveniste. Enquanto no caso da *história* "il s'agit de la présentation des faits survenus à un certain moment du temps sans aucune intervention

du locuteur dans le récit", o *discurso* é definido como "toute énonciation supposant un locuteur et un auditeur et hez le premier l'intention d'influencer l'autre en quelque manière." (Benveniste, 4, p. 239-42).

Esses dois planos de enunciação se definem a partir da presença, em maior ou menor grau, daqueles elementos lingüísticos, já aqui abordados, destinados a nos informar unicamente sobre o ato e o sujeito de enunciação. Enquanto a história caracteriza o enunciado isento de tais elementos, o discurso os manifesta numerosos. Esquemmatizando:

Enunciação  $\left\{ \begin{array}{l} \text{explícita} = \text{enunciado com} \\ \text{índices: discurso} \\ \text{implícita} = \text{enunciado puro:} \\ \text{história} \end{array} \right.$

Para Benveniste, os dois planos narrativos podem ser delimitados por índices gramaticais específicos: a pessoa e o tempo verbal, basicamente. Assim, a *história* pode ser caracterizada pelo emprego exclusivo da terceira pessoa, do aoristo (\*), do mais-que-perfeito e do chamado presente atemporal (histórico e de definição). Exclui-se tudo que é estranho ao relato dos eventos (reflexões, comparações), de forma que pareça não haver narrador algum, porque nenhuma pessoa fala. Os acontecimentos parecem narrar-se por si mesmos: são dispostos como se nascessem à medida que fossem aparecendo no horizonte da história.

Quanto ao *discurso*, sua característica marcante é a categoria de pessoa, *eu-tu*, embora o *ele* possa também aparecer numa oposição feita pelo emissor:

"EU" = pessoa/subjetiva  
x "ELE" = não-pessoa  
"TU" = pessoa/não-subjetiva

Para o lingüista francês, a não-pessoa (*ele*) é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que

(\*) Espécie de passado simples, o *aoristo* é o tempo fundamental da *história* pois focaliza os acontecimentos fora da pessoa de um narrador.

não devem remeter a si mesmas, mas a um processo de não importa “quem” ou “o quê”, pleno de referência objetiva. Por isso, a terceira pessoa caracteriza a história.

Com relação aos tempos verbais, exceto o aoristo, todos podem figurar no discurso, se bem que os principais sejam o presente, o futuro e o perfeito. Reserva-se, além do mais, ao discurso o uso de índices de enunciação tais como os demonstrativos, certos advérbios relativos (ãqui, agora, hoje) etc.

Os dois planos, entretanto, não são estanques, pois na prática se pode passar de um a outro a qualquer momento. Res-salva Benveniste que a conjunção de ambos caracteriza o discurso indireto, o que nos permite inferir que o discurso direto seja o plenamente caracterizado.

Muito sugestivas a este respeito as colocações de Haquira Osakabe mostrando que, na verdade, o conceito de discurso de Benveniste parece restringir-se “àquelas manifestações verbais onde efetivamente se realizam as relações de pessoa (tal como ele mesmo conceitua) e onde, portanto, se dariam de modo explícito as relações de intersubjetividade pelo jogo estabelecido entre eu e tu”. A história, ou enunciação histórica, é um processo que oculta as marcas de discurso, mas não o nega. Neste caso, o da história, o locutor deixa de ser “eu” para ser o historiador e, enquanto tal, produz seu enunciado e assume um papel que o aliena de sua própria identidade existencial. Acrescentando que o discurso se caracteriza pela sua pessoalidade, Haquira sugere para a história e discurso, respectivamente, as expressões discurso “histórico” e discurso “intersubjetivo”. (Osakabe, 7, p. 30 - 1)

Gérard Genette, numa posição semelhante à de Benveniste, distingue a *narrativa* e o *discurso* através da oposição entre objetividade e subjetividade, definida por critérios lingüísticos. Enquanto a objetividade da narrativa se define pela ausência de toda referência ao narrador, é

subjetivo o discurso onde se marca a presença de um *eu* ou de uma série de índices do processo de enunciação. (Genette, 5, p. 237)

Embora haja quase sempre uma certa proporção de narrativa no discurso e vice-versa, Genette acredita que a pureza da narrativa seja mais fácil de preservar do que a do discurso, porque os elementos narrativos inseridos no discurso são assimilados, tornam-se discursivos, enquanto os elementos discursivos inseridos na narrativa permanecem discurso e formam uma espécie de quisto facilmente localizável. O *discurso*, portanto, não possui nenhuma pureza a preservar, pois é o modo “natural” e universal da linguagem; por isso, pode “narrar sem perder a sua autenticidade, enquanto a narrativa, ao “discursar”, deixa de sê-lo.

É nas relações entre a *narrativa* (história, para Benveniste) e o *discurso*, problema nunca definitivamente resolvido, que se coloca a questão do *ponto de vista* ficcional. Genette aponta três combinações possíveis:

1. O autor-narrador assume o seu próprio discurso e intervém na narração com irônica indiscrição, interpelando familiarmente o leitor. Ex. Cervantes e Fielding.
2. Transfere a responsabilidade do discurso a uma personagem principal que *falara*, narrando e comentando, na primeira pessoa, os acontecimentos. Ex. Romances picarescos como *Lazarillo de Tormes* e outras obras ficticiamente autobiográficas, como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
3. Reparte o discurso entre as diversas personagens não falando em seu próprio nome, nem confiando essa função a uma única personagem. Ex. Romances à maneira de cartas (*As Ligações Perigosas*) ou ao modo de Joyce ou Faulkner, em que o discurso interior das principais personagens assume a narrativa, como em *Nove, Novena* de Osman Lins.

Podem-se delimitar, segundo Genette, três momentos distintos na literatura, em termos da relação narrativa-discurso. Um de equilíbrio, que parece coincidir com o século XIX, a idade clássica da narração objetiva, de Balzac a Tolstoi. Outro de clara preponderância da narrativa, levando-a ao seu mais alto grau de pureza, em que a dicção romanesca é reduzida a uma sucessão brusca de frases curtas, sem articulações. É o caso de Hemingway, de Camus (especialmente *L'Étranger*) e de Robbe-Grillet. E um último momento, caracterizado por certas obras contemporâneas (Thibaudeau e Solers), em que prevalece o discurso presente do escritor no ato de escrever, fazendo a narrativa praticamente desaparecer: “Tudo se passa aqui como se a literatura tivesse esgotado ou ultrapassado os recursos de seu modo representativo, e quisesse refletir sobre o murmúrio indefinido de seu próprio discurso.” (Genette, 5, p. 275).

De qualquer forma, tanto Benveniste quanto Genette, ao mostrar o imbricamento dos dois planos, deixam claras a instância superior do discurso e a inexistência da história (Narrativa) na sua forma pura, pois um adjetivo, uma simples comparação, um modalizador, indiciam-na como fragmento de um discurso mais amplo.

É nesse sentido que Barthes defende a reescritura de certas passagens narrativas na distinção entre um sistema *apessoal* e um sistema *peçoal* de signos, os únicos conhecidos pela narrativa propriamente dita, como também pela língua. Segundo ele, estes dois sistemas não estão obrigatoriamente relacionados às marcas linguísticas ligadas à pessoa (eu) e à não-pessoa (ele), tanto assim que “pode haver, por exemplo, narrativas, ou pelo menos, episódios, escritos na terceira pessoa e cuja instância é entretanto a primeira pessoa.” (Barthes, 2, p. 47) Basta reescrever a passagem substituindo-se o *ele* pelo *eu*: se não houver nenhuma outra alteração no

discurso a não ser a troca de pronomes, trata-se de um sistema pessoal.

Assegurando que o *apessoal* é o modo tradicional da narrativa, ligado a um sistema temporal próprio (o aoristo) destinado a afastar o presente da instância narrativa, enquanto o enunciado *peçoal* está relacionado ao “aqui e agora” da enunciação, Barthes não esconde uma aproximação entre o seu sistema *apessoal* e a *história* de Benveniste.

#### 4. História-Discurso X Fábula-Trama

De um modo geral, a narrativa pode ser observada sob dois ângulos. Primeiro: um conjunto de acontecimentos pressupostamente ocorridos que envolve personagens, espaço, tempo. Segundo: estes acontecimentos, dispostos numa tal ordem e não em outra, são comunicados ao leitor por um narrador através de determinados recursos de linguagem. Tais noções foram definidas por Tomachevski e são bastante conhecidas em Português através dos termos “fábula” e “trama”, respectivamente. (Tomachevski, 10, p. 169)

Proposta por Todorov, tornou-se comum certa aproximação entre as dicotomias de Tomachevski e Benveniste, que apresentamos na forma de uma proporção:

História: fábula :: discurso: trama  
Julgamos oportuno questionar a validade desta proporção (história está para fábula assim como discurso está para trama) que funciona como equivalência conceitual.

Como se procurou mostrar, os conceitos de *história* e *discurso* têm a ver com a ausência ou presença, ou mesmo a dosagem, de certas marcas de enunciação, da personalidade do emissor. História e discurso são, portanto, dois modos de enunciação, duas conformações do texto (linguístico ou literário) como tal.

Ora, como ligar esta dupla à de Tomachevski, se para o formalista russo a

*fábula* (“o que efetivamente ocorreu”) e a *trama* (“a maneira pela qual o leitor toma conhecimento”) parecem estar relacionadas a dois planos do enredo, tanto que Chklovski tachava a fábula de material pré-literário.

Mesmo que a fábula não seja considerada um elemento pré-literário, não se pode esquecer que ela não existe ao nível do enunciado enquanto tal. A sua existência só pode ser inferida através da trama. Tanto assim que, muitas vezes, na fábula se colocam na ordem direta, cronológica,

acontecimentos que, na trama, não respeitam a cronologia e a causalidade.

Parece-nos, portanto, que o analista russo e o lingüista francês não estão tratando de matéria coincidente, ainda que próxima, apesar de Todorov tomar no mesmo sentido as expressões de Tomachevski e Benveniste, posição a nosso ver equivocada. (Todorov, 9, p. 213-4)

A título de esclarecimento, é interessante comparar as dicotomias até agora discutidas:

GREIMAS	BENVENISTE	BARTHES	GENETTE	HAQUIRA
Enunciado	História	Sistema apessoal	Narrativa	Discurso histórico
Enunciação	Discurso	Sistema pessoal	Discurso	Discurso inter-subjetivo

Apesar de redutor, o esquema permite visualizar certa dose de equivalência entre os diversos pares terminológicos. Dentre eles, julgamos preferível manter, no decorrer deste trabalho, livremente, tanto o primeiro (enunciado-enunciação) quanto o segundo (história-discurso).

##### 5. Modos: performativo e constativo

Nas suas reflexões sobre o problema da linguagem e da ação, os filósofos da escola de Oxford buscam determinar as relações entre o *dizer* e o *agir*, e caracterizar a linguagem enquanto atividade, ou seja, mostrar que tipo de ação se realiza quando se fala. Dentre eles destaca-se John Austin que estabelece dois modos de enunciado: o constativo e o performativo. Ao primeiro, em que predomina a história (a descrição de um fato), opõe-se o modo *performativo* no qual “to say something is to do something; or in which by saying or in saying something we are doing something.” (Austin, 1, p. 12) Neste caso, a própria enunciação já é o cumprimento da ação.

Em “Eu declaro aberta a sessão!”, que não constata nem descreve nada, mas esgota sua significação no próprio ato de proferi-lo, tem-se um exemplo característico do chamado enunciado performativo, ao contrário de “O presidente declarou aberta a sessão.”, que é descritivo, constativo, portanto. (Barthes, 2, p. 49)

Afirmando que “Un énoncé est performatif en ce qu’il *dénomme* l’acte performé, du fait qu’Ego prononce une formule contenant le verbe à la première personne du présent: /Je déclare la session close/ — /Je jure de dire la vérité/. Ainsi un énoncé performatif doit nommer la performance de parole et son performateur.”, Benveniste distribui os enunciados performativos em dois casos (Benveniste, 4, p. 274):

1. *O ato de autoridade*, caracterizado por verbos como nomear, declarar, etc.
2. *O ato de compromisso*, assumido pelo emissor, através de verbos como jurar, prometer, renunciar.

Ele aponta, além disso, três propriedades marcantes do modo performativo:

- a) É auto-referencial: toma a si mesmo como referente; remete a uma realidade que ele mesmo constitui;
- b) É sempre uma manifestação lingüística, uma vez que deve ser pronunciado;
- c) O seu significado é idêntico ao referente: o ato é o próprio enunciado do ato. Assim a enunciação /eu juro/ não é a narração do ato que estou realizando, mas o próprio ato que me compromete.

O modo *performativo* pode ser diferenciado em função de suas características básicas — o verbo no presente e na primeira pessoa — do modo verbal *imperativo*, porque este não constrói uma proposição pessoal (não possui primeira pessoa), nem denomina o ato executado pela palavra, apenas produz um comportamento. Por isso, enquanto /cale-se!/ é imperativo, /ordeno que se cale!/ é performativo.

Passando do campo lingüístico ao do texto literário pode-se observar que através do modo performativo se manifesta a própria consciência do ato de escrever. Sobre isso, Barthes percebe na literatura uma subversão que “visa a fazer passar a narrativa da ordem puramente constatati-

va (que ocupava até o presente) à ordem performativa, segundo a qual a significação de um discurso é o ato mesmo que o profere: hoje escrever não é *narrar*, é dizer que se conta...” (Barthes, 2, p. 49)

Posição semelhante já vimos em Genette.

É preciso redimir o *comentário*, tão condenado pelos defensores do romance realista, pois não se pode reduzir todos os tipos de comentário a uma única espécie. Destaque-se, por exemplo, o comentário integrado à estrutura da representação, ligado a um narrador que demonstra consciência do ato narrativo. Seria o caso de falar em *comentário performativo*.

Não é possível deixar de reafirmar, para concluir, a equivalência notada entre o domínio do *discurso* sobre a história e a presença gritante do processo de *enunciação* na superfície do enunciado. Quanto ao modo *performativo*, pode-se certamente relacioná-lo, no âmbito literário, com a enunciação metalingüística, caso de numerosos trechos de *Esau e Jacó* em que Machado de Assis parece superar o aspecto episódico da história (constatativo) levando o leitor a uma reflexão constante sobre o próprio fazer do romance, sobre a própria atividade literária.

---

CINTRA, I. A. The narrator's linguistic traits. *Alfa*, São Paulo, 25:49-56, 1981.

*ABSTRACT: An analysis of the narrator is made with a basis on linguistic aspects. This analysis is centered not on the person an element generally associated with focus of narration matters but rather on other elements of the relation subject-speech. Some terminological problems related to the linguistic approach to the study of the focus of narration are also discussed.*

*KEY-WORDS: Focus of narration; enunciation; discourse; philosophy of language.*

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Cambridge, Harvard University Press, 1962.
2. BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: — *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 18-58.
3. BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*, Paris, 17: 12-8, 1970.
4. ————. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1971.
5. GENETTE, G. Fronteiras da narrativa. In: ————. *Análise estrutural da*

- narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 257-75.
6. GREIMAS, A.J. *L'Énonciation. Signification*. Ribeirão Preto, 1:9-25, 1974.
7. OSAKABE, H. Sobre a noção de discurso. In: \_\_\_\_\_. *Sobre o discurso*. Uberaba, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1979.
8. PEIRCE, C.S. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo, Cultrix, 1972.
9. TODOROV, T. As categorias da narrativa literária. In: \_\_\_\_\_. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971. p.211-56.
10. TOMACHEVSKI, B. Temática. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da literatura — formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971.